

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

Ana Luiza Barcelos Ribeiro¹; Thamires Gomes da Silva Amaral²; Franciele Ramos da Costa Silva³; Nadir Francisca Sant'Anna ⁴; Bianka Pires André⁵.

¹*Mestranda em Cognição e Linguagem – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, , Professora UNESA, FAMESC e de Sala de Recursos na rede pública de Campos dos Goytacazes, analuzabarcelos32@yahoo.com.br*

² *Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF- thamiresgsa@gmail.com*

³ *Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF- francielecosta66@yahoo.com.br*

⁴ *Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – biankapires@gmail.com*

⁵*Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF - nadirsantanna@yahoo.com.br*

Resumo: O número de crianças com deficiência matriculadas na rede regular de ensino vem aumentando gradativamente durante os últimos anos, e isto aponta para a necessidade de formação docente capacitada para trabalhar com a diversidade. A proposta deste artigo é possibilitar reflexões sobre a realidade que se encontra a formação docente à luz da inclusão, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Embora leis e decretos venham sendo elaborados para que a educação seja inclusiva e permita a todos uma aprendizagem efetiva. Para alcançar esse objetivo, primeiramente orientamos a um breve apanhado de leis, declarações e orientações que apontam a necessidade de trabalhar o presente tema com rigor e responsabilidade. Os procedimentos metodológicos foram de natureza qualitativa. Os resultados apontam a defasagem na abordagem do tema inclusão durante a formação docente e à carga horária que impede que o professor consiga realizar cursos de capacitação, o que nos leva a compreensão de fatores que dificultam a elaboração e aplicação de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Formação docente, Educação Inclusiva, Legislação.

Introdução

De acordo com dados do Censo Escolar de 2017, o número de crianças matriculadas na educação especial, tanto no município de Campos, como no estado do Rio de Janeiro e no Brasil é crescente, o que nos aponta uma situação alarmante relacionada a preparação dos profissionais e das escolas para receberem esse quantitativo de alunos da educação especial.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica definiram que:

[...] é delegado às escolas organizarem-se para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais, matriculando todos os alunos e assegurando-os a um ensino de qualidade (BRASIL, 2001).

Com esse decreto, ficou definida a obrigatoriedade de organização escolar para os

alunos da educação especial, a fim de que haja uma inclusão efetiva e de qualidade para todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil, em seu artigo 205 garante a educação como um direito de todo cidadão, bem como condições de acesso e permanência na escola e a oferta do atendimento educacional especializado sendo realizado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) a qual preconiza que todos os sistemas de ensino têm que assegurar o direito de todos à educação, em seu capítulo V é ressaltado que

[...] entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, art. 58).

E, aos professores, se faz necessário:

[...] especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, art. 59, inc. III).

Essas propostas têm como objetivo disponibilizar ambientes educacionais para todos, auxiliar atividades pedagógicas realizadas em sala de aula e acabar com a acepção dos indivíduos pertencentes a educação especial, como anteriormente instaurada no ambiente escolar.

Considerando a necessidade de práticas de ensino que atendam a todas as pessoas em suas especificidades e nesse sentido o professor como aquele que tem contato direto com o aluno, a formação docente se tornou uma grande preocupação social e principalmente a formação docente na perspectiva inclusiva o que “denota um movimento em direção a um sentido de inclusão social, e o sujeito com deficiência passa a dividir a mesma cena com os sujeitos sem deficiência” (ROZEK, 2013, p. 137)

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, passa então a ser definida como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Mattos (2011), aponta que, mesmo com o amparo destes documentos ainda é perceptível que existem carências na educação inclusiva.

Diante disso, fica claro que, pensar a educação especial requer o reconhecimento da importância a partir de todos os envolvidos, sejam eles, pais, familiares, escola, professores, mediadores, equipe pedagógica, políticos, governos, dentre tantos outros, a fim de que todo o processo acerca da educação especial não venha produzir um espaço distante do esperado, onde se exclui ainda que esteja objetivando se incluir.

Junto aos professores do município de Campos dos Goytacazes foi realizada uma pesquisa qualitativa buscando refletir sobre a sua formação em educação inclusiva.

Metodologia

No presente trabalho foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa e se deu através de revisão bibliográfica e realização de questionário com a participação de professores do município de Campos dos Goytacazes/ RJ. Esta pesquisa teve início no segundo semestre do ano de 2017 e visa traçar o perfil dos educadores, das redes pública e privada, da educação infantil ao ensino fundamental, do presente município, além de buscar entender de que forma e em que período ocorreu o processo de aprendizagem de estratégias inclusivas dos mesmos.

O questionário foi construído de acordo Nogueira (2002), utilizando a ferramenta “Google Forms”, distribuído através do compartilhamento do “link” e respondido “online”, de forma anônima por 36 professores.

Neste município, de acordo com os dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, atuam no ensino pré-escolar, 811 docentes, somando escola municipal, estadual, federal e privada. De igual forma, no ensino fundamental, atuam 4.288 e no ensino médio, 1.705. Com um somatório de 658 escolas no total e 97.598 matrículas, esses dados foram divulgados pelo Ministério da Educação - Censo Educacional do ano de 2015.

Resultados e Discussão

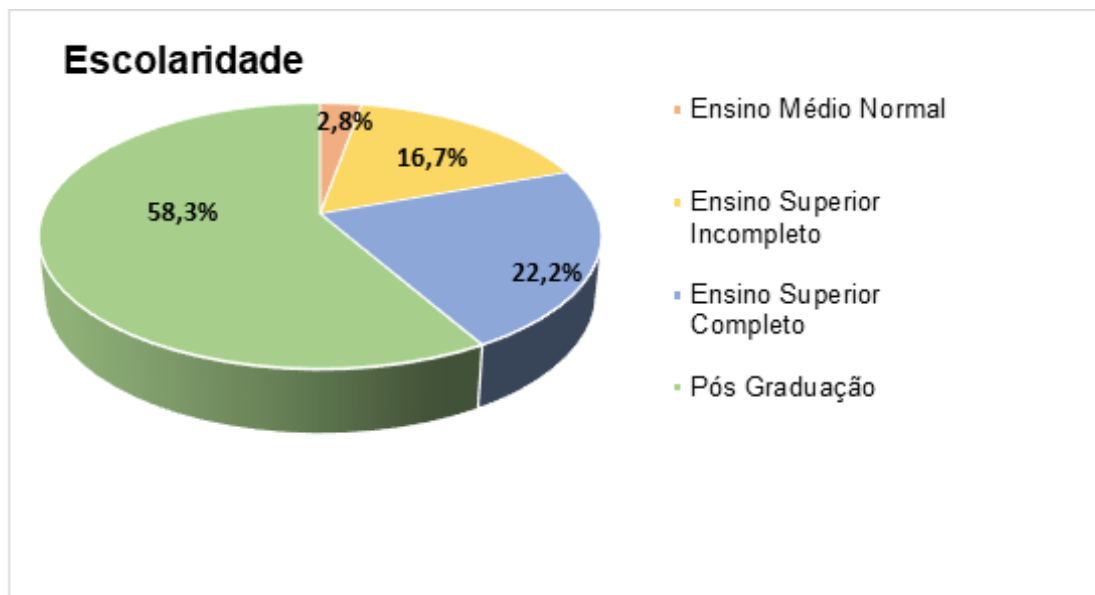


Gráfico 1: Nível de escolaridade dos professores

No Gráfico 1 verificamos que há professores apenas com nível médio, que provavelmente atuam na educação infantil e nos cinco primeiros anos de escolaridade como disposto na Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 que trouxe a regulamentação da formação de professores na sua formação inicial em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL,1996, art. 62)

Os dados indicam que a maior parte dos professores pesquisados possuem pós graduação que aparece em consonância com as metas para o Plano Nacional de Educação que é de “formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”(PNE 2014).

Mendes (2004) pontua ainda que:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227).

Para se obter sucesso na inclusão escolar os professores devem estar capacitados para atender a essa diversidade e que se tenha condições de trabalho, condições para fazer as adaptações físicas e materiais, assim como a oferta de formação continuada.

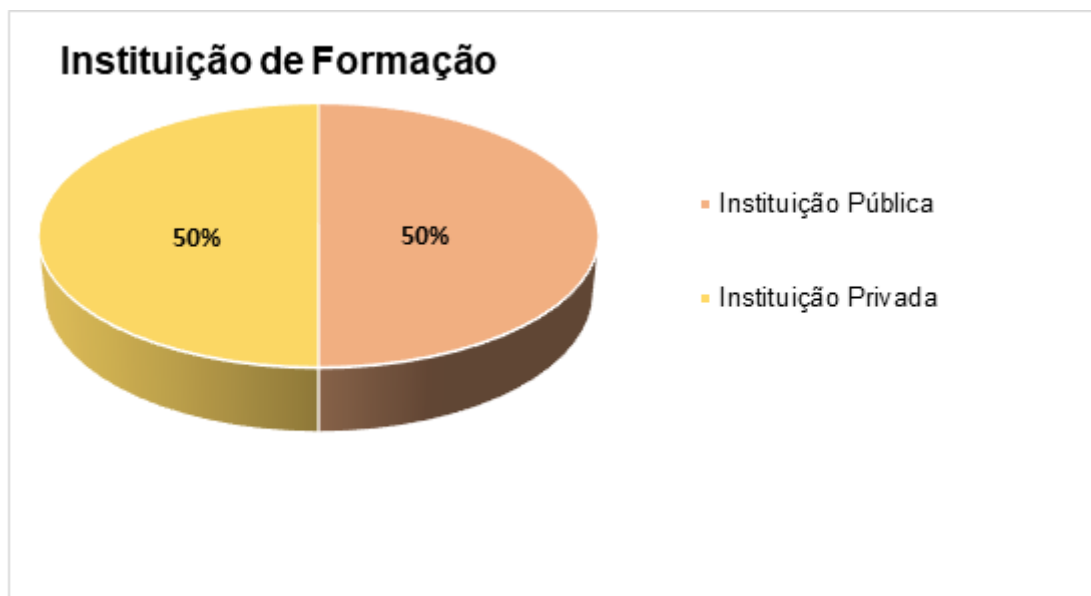


Gráfico 2: Instituição de formação dos professores.

Não há avaliação da qualidade dos resultados desses cursos de preparação docente, sejam eles públicos ou privados, pois suas formações têm sido tratada como qualquer outro curso de nível superior, sem considerar seu papel estratégico para todo o sistema educacional o país. Como os demais cursos superiores, eles são previamente autorizados e reconhecidos.

Ao relacionar o ano de formação e as instituições em que foram realizadas devemos levar em consideração que em 2009 foi formulada, no âmbito da CAPES/MEC, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e instituído o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que favoreceu a formação em nível superior em universidades públicas, outro aspecto a ser considerado é a expansão do ensino na modalidade EAD, Educação a distância, onde em 2011 os cursos de pedagogia são os mais oferecidos por instituições privadas: 77,5% das matrículas (sobre 587 mil alunos), ao passo que nas outras licenciaturas as matrículas privadas somam 42,4% (sobre 672 mil estudantes). Do total de matrículas na pedagogia, 48% estão na educação a distância, enquanto a proporção de alunos nas outras licenciaturas a distância é de apenas 19%.

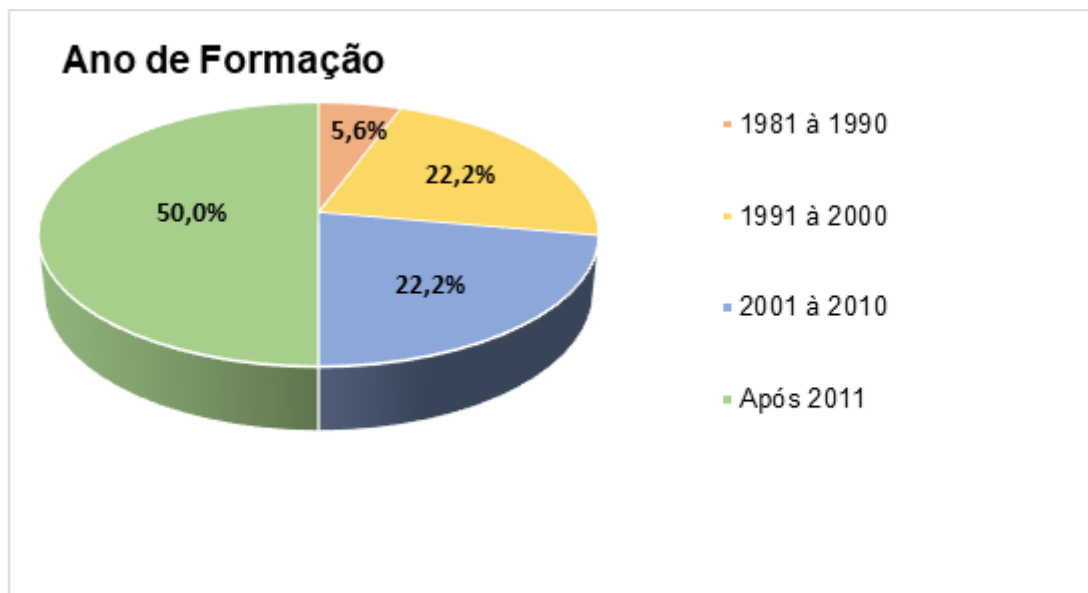


Gráfico 3: Ano de formação dos professores

No grupo de professores pesquisados há um número significativo de professores com formação após 2001, o que demonstra uma formação reflexiva em prol da inclusão levando em consideração a Declaração de Salamanca (1994), a LDB 9394 de 1996 e em sua formação inicial realizaram disciplinas voltadas para a educação inclusiva, visto que em 1994 foi homologado a PORTARIA N.º 1.793, onde:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLÍTICO EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Corroborando com essa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada de 2015 em seu Artigo 13 descreve:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de

adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A formação deve preparar a todos os professores para trabalhar com a diversidade, um professor reflexivo de sua prática assim como acrescenta Carvalho (2003, p.169):

Pensar na formação de professores não se deve ficar resumida a métodos de ensino, num pragmatismo que desconsidera a teoria e desvaloriza inclusive a construção de teorias, a partir da própria prática. Mas para esta construção, além da bagagem teórica, o professor necessita estimular sua capacidade crítica e reflexiva, para se perceber e agir como pesquisador.

A formação do professor se faz necessária para que ao se deparar com a diversidade esteja preparado para reformular sua prática e consolidar uma prática inclusiva

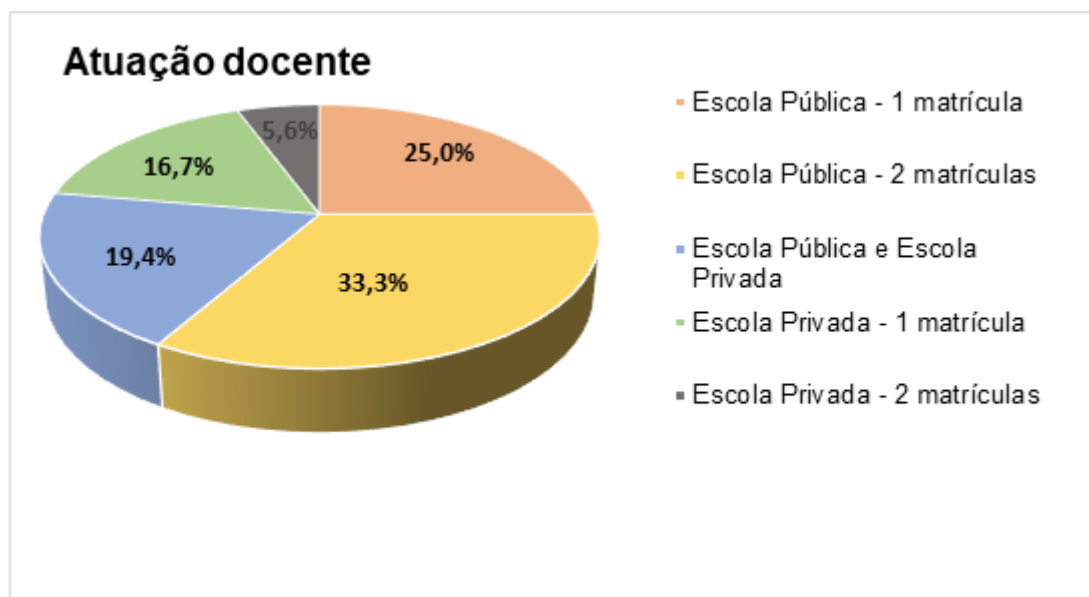


Gráfico 4: Número de matrículas dos professores e atuação em instituições públicas ou privadas.

Quanto aos dados obtidos no que tange a atuação docente observa-se maior número de professores atuando na rede pública o que não se mostra muito diferente daqueles obtidos em âmbito nacional de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016:

75,6% dos docentes trabalham exclusivamente na rede pública de ensino, em escolas federais, estaduais ou municipais. Do total de docentes, 20,6% atuam exclusivamente na rede privada. De modo que, 3,8% atuam tanto na rede pública quanto na privada (p.23)

O número de professores que atuam com duas matrículas é superior aos outros, o que pode acontecer

em decorrência da má remuneração, conforme Gatti e Barretto (2009, p. 247) pontuam “os salários recebidos pelos professores não são tão compensadores, especialmente em relação às tarefas que lhes são atribuídas”, sendo necessária assim trabalhar uma maior carga horária para aumentar a renda salarial.

Monlevade (2000, p. 279) também sugere que os baixos salários, à medida que levam o professor a aumentar a sua jornada de trabalho para compensá-los, impedem a formação continuada do docente, roubando-lhe o tempo necessário para sua, “realimentação profissional”.

O excesso de trabalho resulta ainda na falta de tempo para a formação continuada como concluiu Feitosa, Júnior e Carvalho (2010):

Com relação à falta de interesse de alguns professores em participar da formação continuada, se deve a sobrecarga de trabalho, stress da profissão, baixa remuneração, desvalorização do profissional da educação, condições precárias de trabalho, como ainda o descaso político em oferecer uma educação pública de qualidade e prioritária, entre outros fatores. (p.10)

A desvalorização profissional e o excesso de trabalho podem levar ao desinteresse pela formação continuada, o professor sobrecarregado fica sem tempo ou cansado para frequentar este tipo de formação reflexiva para a sua prática.

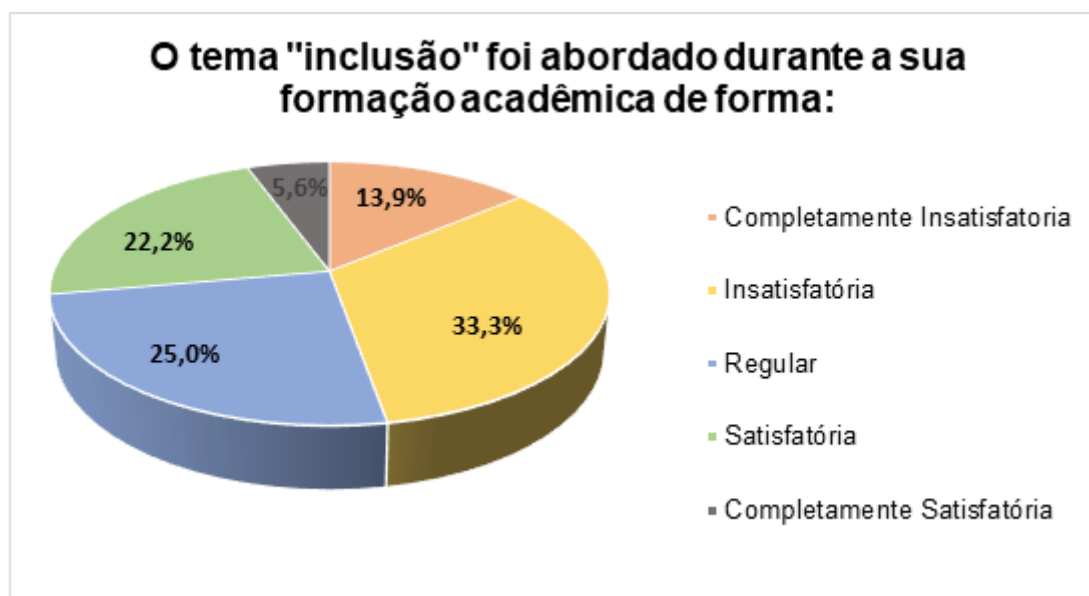


Gráfico 5: Abordagem quanto ao tema educação inclusiva na formação acadêmica dos professores

As respostas obtidas quanto à forma que o tema inclusão foi abordado durante a formação acadêmica (Gráfico 5), é bastante alarmante, pois Jesus e Effgen (2012), apontam que embora exista uma política nacional de inclusão ,

a forma como ela é abordada vai depender do conhecimento dos profissionais da educação sobre o assunto. Martins (2012) destaca que:

Dentro de uma perspectiva de ampliação dos sistemas, com vistas não apenas ao crescimento quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema escolar, necessário se faz, entre outros aspectos, o aprimoramento do sistema de gestão, da atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem. (MARTINS, 2012, p.28)

Sobre a formação dos professores acerca da inclusão utilizaremos as contribuições de Mantoan (2006) que afirma que os currículos dos cursos de formação precisam sofrer alterações para que os professores aprendam a lidar com a diversidade, “a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino” (Manton, 2006, p.55).

Para minimizar essa carência na formação inicial dos professores a Secretaria de Educação do município de Campos dos Goytacazes /RJ, através do setor multiprofissional e de Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza cursos de capacitação em “Sistema Braille”, “Soroban”, “O aluno com surdez e a sala regular”, Música na Inclusão Escolar: uma abordagem musicoterapêutica e psicomotora” para todos os professores oriundos da rede municipal de ensino em resposta ao Artigo 62 da LDB 9394 de 1996 que diz:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

Goldberg realizou, em 2005, uma pesquisa acerca das expectativas dos professores diante da possibilidade de inclusão de alunos especiais em suas classes e, como resultado, foi exposto que os professores manifestaram certo medo e ansiedade frente ao laudo trazido pelo aluno, mais do que à criança em si. A resistência de muitos professores ao se depararem com alunos diferentes do padrão, se dá muito pela falta de conhecimento, que, por vezes, não é adquirida nem em sua formação acadêmica nem posteriormente a ela, com isso, acabam apresentando ideias distorcidas a respeito do assunto.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos um breve histórico acerca da lei que assegura a inclusão dos alunos na rede regular de ensino, destacando a formação docente dos educadores atuantes no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

A inclusão de todos os alunos requer uma formação docente de qualidade e, se faz necessário que seja de forma continuada para que possa atender a diversidade de alunos da educação inclusiva respeitando suas respectivas particularidades.

Diante do exposto acima, concluímos que a formação dos professores nas últimas décadas tem sofrido modificações relevantes, mesmo que ainda insuficientes, a fim de atender as demandas legais e o consequente aumento do número de matriculados com deficiência na rede regular. Dito isso, ressaltamos que o tema inclusão nos cursos de formação analisados, ainda é muito pouco estudado.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria 1793**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Educacional 2015**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/13/0?indicador=5924>> Acesso em: 05 de maio de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011**. Brasília: MEC/ INEP/DEED, 2011.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 : **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Portaria normativa n. 9, de 30 de junho de 2009. Institui o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 1 jul. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF. 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2016. Notas Estatísticas. Brasília, 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf Acesso em: 05 de maio de 2018

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2003.

FEITOSA, C. JÚNIOR, J.L.M.; CARVALHO, S.C.S. **A formação continuada: por que professores da rede pública não participam de formação continuada? Algumas reflexões sobre a práxis docente**. Revista Itinerarius Reflectionis, Jataí, GO, 2010.

GATTI, B. BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S. **Formação docente e práticas pedagógicas – Conexões, possibilidades e tensões**. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. (Org). *O professor e a educação inclusiva – Formação, práticas e lugares*. Bahia: EDUFBA, 2012. p. 17-24.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo. Moderna. 2006

MARTINS, L. A. R. **Reflexões de professores com vistas à educação**. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. (Org). *O professor e a educação inclusiva – Formação, práticas e lugares*. Bahia: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, jan./abr. 2011.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MONLEVADE, J. A. C. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

NOGUEIRA, R. **Elaboração e Análise de Questionário: Uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro. UFRJ/ COPPEAD. 2002.

ROZEK, M. **As contribuições da hermenêutica de Gadamer para a formação de professores**. Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 115-120, jan./abr. 2013.